



A CIDADE COMO SÍNTESE CONTRADITÓRIA DAS MEMÓRIAS DE CLASSE¹

THE CITY AS A CONTRADICTIONARY SYNTHESIS OF CLASSES MEMORIES

LA CIUDAD COMO SÍNTESES CONTRADICTORIA DE LAS MEMORIAS DE CLASE

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.93-112

Miriam Cléa Coelho Almeida

Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: miriamclea@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo baseia-se na rememoração do processo de trabalho na construção civil habitacional na cidade de Vitória da Conquista, para evidenciar a relação conflituosa das memórias dominantes com as memórias da classe trabalhadora, no processo de produção da cidade. Portanto, parte-se do princípio de que a produção da cidade expressa as contradições das memórias de classe. Desse modo, pauta-se nas contribuições de Marx (1985-2010), Harvey (1982-2006), Carlos (2001), Medeiros (2015), entre outros, que inserem o debate da memória e da produção do espaço no processo geral da acumulação capitalista. Nessa direção, a (re)produção da cidade de Vitória da Conquista se faz no embate entre a reprodução do capital e da força de trabalho.

Palavras-chave: Cidade; Memória; Trabalho; Capital; Estado.

ABSTRACT:

This paper is based on the memories of the process in housing construction in the city of Vitória da Conquista, to show the conflicting relationship of the employers with the memories of the workers in the construction of the city. Therefore, it is assumed that the city's production expresses the contradictions of class memories. Thus, it is based on the contributions of Marx (1985-2010), Harvey (1982-2006), Carlos (2001), Medeiros (2015), among others, who insert the debate of memory and the production of space in the general process of capitalist accumulation. In this direction, the (re)production of the city of Vitória da Conquista takes place in the clash between the reproduction of capital and the labor force.

Keywords: City; Memory; Job; Capital; State.

RESUMEN:

Este artículo se basa en el recuerdo del proceso de trabajo en la construcción de viviendas en la ciudad de Vitória da Conquista, para resaltar la relación conflictiva de los recuerdos dominantes con los recuerdos de la clase trabajadora en el proceso de producción de la ciudad. Por lo tanto, se supone que la producción de la ciudad expresa las contradicciones de los recuerdos de clase. En ese sentido, se basa en las contribuciones de Marx (1985-2010), Harvey (1982-2006), Carlos (2001), Medeiros (2015), entre otros, quienes insertan el debate de la memoria y la producción del espacio en el proceso general de acumulación capitalista. En esta dirección, la (re)producción de la ciudad de Vitória da Conquista tiene lugar en el choque entre la reproducción del capital y de la fuerza laboral.

Palabras clave: Ciudad; Memoria; Trabajo; Capital; Estado.

¹ Artigo resultante de pesquisa de Doutorado realizado no Programa Memória, Linguagem e Sociedade (PPMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a orientação da Professora Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de pesquisa de doutoramento que tratou, dentre outras questões, da rememoração do processo de trabalho na construção civil habitacional na cidade de Vitória da Conquista (BA) e as objetividades e subjetividades da memória e do trabalho em tempos de acumulação flexível, para evidenciar contradições e conflitos de processos territoriais. Simultaneamente, tais processos acompanham a produção da cidade erigida, dentre muitas outras memórias, pelas memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional que, ora negam o passado, ora o positivam no presente. Essa cidade se (des)faz como *lócus* da reprodução do capital e da força de trabalho, cujos processos territoriais derivam e dão condições à acumulação capitalista que transforma o espaço em força produtiva.

O entendimento de que a cidade é síntese contraditória das memórias de classe pressupõe que a memória é uma construção social eivada de contradições e conflitos, constituída por homens e mulheres concretos inseridos numa sociedade de classes em uma totalidade histórica. Ao se ater à produção do espaço urbano, em grande medida, é a memória reificadora-ideologizada, fundada nos discursos do “progresso” e do “desenvolvimento” urbano, que transforma a cidade em mercadoria.

Entretanto, essa memória obnubila ou nega a existência das contradições dos processos territoriais urbanos que produzem uma cidade desigual e desumana, “fonte de privação da vida”, ao ter como prioridade a valorização do espaço para fins de acumulação (CARLOS, 2015). Desse modo, considerou-se fundamental dissecar essa cidade produzida pela divisão do trabalho e, em especial, da construção civil habitacional e suas memórias, para expor as contradições que a movimentam e definem suas formas e que, ao mesmo tempo, garantem sua permanência.

Nessa direção, buscou-se demonstrar – por meio da análise das narrativas resultantes das entrevistas com empresários e trabalhadores da construção civil e do mapeamento das informações coletadas por formulários de pesquisa com os trabalhadores – como a produção da cidade de Vitória da Conquista expressa as contradições das memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional, por meio do antagonismo entre a cidade da reprodução do capital e a cidade da reprodução da força de trabalho. Adverte-se, no entanto, que essa distinção é puramente analítica, pois não provoca ruptura ou isolamento delas, ao contrário, uma não sobrevive sem a outra.



2 DAS MEMÓRIAS DAS CLASSES DOMINANTES À CIDADE DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Na história da produção da cidade de Vitória da Conquista analisada por Ferraz (2001) e Santos (2014), notam-se as diferentes dinâmicas econômicas empreendidas pelo capital e pelo Estado para promover o “desenvolvimento” urbano. Em ambos, registra-se o peso substancial das atividades cafeeiras, industriais, imobiliárias e comerciais na determinação do ritmo e da forma de expansão. Ferraz (2001, p. 44-45) dá um destaque ao capital fundiário e imobiliário ao constatar que “[...] o espaço urbano [...] cresce com a demanda por lotes e a consequente abertura de loteamentos, realizada principalmente por proprietários-loteadores, proprietários-incorporadores e empresas incorporadoras” Sem desprezar esses, mas incorporando outros contextos e elementos, Santos (2014) observa as determinações da atuação do capital financeiro nos vetores econômicos da cafeicultura, da indústria e do mercado imobiliário no desenvolvimento econômico e no crescimento da cidade, sem deixar passar despercebido “O engajamento do Estado nesse processo de financeirização da economia, atrelado diretamente ao crescimento urbano e à expansão do complexo urbano-comercial [...]” (SANTOS, 2014, p. 90). Segundo o autor, nas décadas de 1970 e 1980, foram feitos diversos empréstimos em instituições financeiras.

Embora se reconheçam a importância e as articulações dessas atividades econômicas e desses capitais na produção da cidade, tendo em vista o objeto da investigação, priorizou-se a atuação dos capitais fundiário, imobiliário e financeiro na valorização, produção e reprodução das habitações na atual fase de reprodução capitalista em Vitória da Conquista.

Feito esse recorte, com o crescimento da construção civil habitacional em Vitória da Conquista, sobretudo a partir de 2000, ganha mais evidência o desempenho dos capitais fundiário, imobiliário e financeiro e do Estado e a relação com as transformações substanciais do processo de trabalho na construção civil habitacional com a ampliação do mercado de habitações e da acumulação de capitais. Todavia, nesse ponto da análise, toda a atenção foi dada às relações desses capitais e do Estado com os processos territoriais urbanos, na medida em que a *performance* coordenada do capital imobiliário com o financeiro viabilizou a construção de novos empreendimentos habitacionais que produziram mudanças expressivas na legislação e na ordenação do espaço urbano. Essas mudanças foram admitidas pela secretária municipal de Infraestrutura Urbana ao enfatizar que:



Vitória da Conquista, assim como a maioria das cidades brasileiras e talvez, mais notadamente as cidades de médio porte, sofreu [...] nesses últimos cinco anos, seis anos, **um crescimento não previsto em qualquer legislação**. [...] nós tínhamos uma característica de funcionamento e de atividades e de execução de algumas obras [...] e passamos a ter outra [...] **tanto diferenciando na natureza dessas atividades, na intensidade delas, no tamanho [...] e na busca por coisas novas**. Vamos dizer assim: eram empreendimentos que normalmente iam para grandes cidades e que, de repente, houve talvez uma inversão, pelo menos é o meu entendimento de se buscar mais o interior, cidades com uma perspectiva grande de crescimento, de produtividades. **Esses empreendimentos vieram para as cidades de médio porte, e isso mudou muito a configuração urbana da cidade**² (Grifo nosso).

A forte participação do capital financeiro potencializa a atuação dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e construtoras incorporadoras, que aproveitam para captar recursos para executar grandes projetos habitacionais ou ampliar o estoque de terras e, com isso, conseguir maior apropriação da renda com a valorização das áreas sob o seu controle ou de seus imóveis, com o aumento dos preços dos terrenos, aluguéis ou outras formas de extração de rendimentos. Mas, como alerta Harvey (1982), essa atuação é permeada de tensões e conflitos para que a ação de um não prejudique os interesses do outro, pois, apesar de existir uma ação coordenada ou duplicidade de interesses na produção do espaço urbano, para fins analíticos, este autor recomenda distinguir as facções do capital em três modalidades:

[...] uma facção do capital que procura a apropriação da renda [...] (como os proprietários de terra, as empresas imobiliárias etc.), ou indiretamente, [...] (os intermediários financeiros ou outros que investem em propriedades simplesmente visando uma taxa de retorno); uma facção do capital procurando juros e lucro através da construção de novos elementos no meio construído (os interesses da construção) [...] e o capital “em geral” que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente e como um pacote de valores de uso e com vistas ao estímulo da produção e acumulação de capital (HARVEY, 1982, p. 7).

Além dessas facções do capital, Harvey (1982) seleciona a força de trabalho, que se utiliza do ambiente construído como um meio de consumo e como um meio da própria reprodução, como mais um elemento de colisão e conflito no processo de produção da cidade.

Assim, às ações dos antigos proprietários fundiários, promotores de imóveis e empresas construtoras – como Jorge Teixeira Filho, José Menezes Rocha, Jacson Rangel Jr., Gildásio Cairo, Ecosane (FERRAZ, 2001), responsáveis por grande parte dos loteamentos e lotes abertos no período de 1977 a 1996 – soma-se a atuação de grandes empresas imobiliárias, construtoras incorporadoras que têm interesse, tanto fundiário, quanto imobiliário. Como exemplo, é possível

² Entrevista concedida pela Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana em 23/12/2014.

mencionar as empresas Prates Bonfim Engenharia Ltda., Pel Construtora e Incorporadora Ltda., E2 Engenharia e Empreendimentos, Gráfico Empreendimentos Ltda., MRV Engenharia e Participações S/A, CRJ Engenharia, Ciclo Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, entre outras. A MRV e a Gráfico, segundo levantamento de Cardoso e Aragão (2011), ocupavam, respectivamente, o 1º e o 7º lugares em produção de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Brasil, considerando os contratos unitários.

A criação dessas empresas e o desempenho delas no mercado imobiliário não podem ser analisados sem que sejam levadas em conta as alterações na Política Nacional de Habitação (PNH) e no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). Para Shimbo (2011), a relação entre a política estatal de habitação e a produção privada de moradia foi redesenhada

[...] com a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras e com o aumento de recursos dos principais fundos públicos e semipúblicos – O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) –, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a partir de meados de 2000 (p. 41).

Em decorrência dessas mudanças a habitação social se transformou em um mercado promissor e altamente rentável. Além disso, outras medidas lembradas por Shimbo (2011) favoreceram a multiplicação das empresas e a participação no mercado, com destaque para a Lei nº 10.931/2004, conhecida como Lei do Patrimônio de Afetação de Incorporações Imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário. Esta lei, dentre outras garantias, estabeleceu mecanismos de proteção aos financiamentos imobiliários realizados pelo capital financeiro.

Com essas condições favoráveis, assiste-se, no mercado local, à expansão da oferta de habitações e à ampliação da concorrência. Ao fazer avaliação do mercado conquistense, um empresário local destaca um lado bom e outro ruim desse aquecimento:

[...] tudo que se lançava estava vendendo, a carência de produtos tava [sic] grande, a demanda não estava assistida, então houve uma venda, um boom de venda de imóveis [...] o mercado de qualquer segmento começa a aquecer demais, entra o não profissional, você começa a ter a concorrência dos condomínios, do médico que vira construtor, do comerciante que vira construtor [...]³.

Em geral, a atuação dessas empresas cumpriu e ainda cumpre o claro objetivo de atender aos propósitos de ampliação da valorização (fundiária e imobiliária) do espaço, seja em áreas

³ Entrevista concedida em 13/11/2014 por um empresário da construção civil.



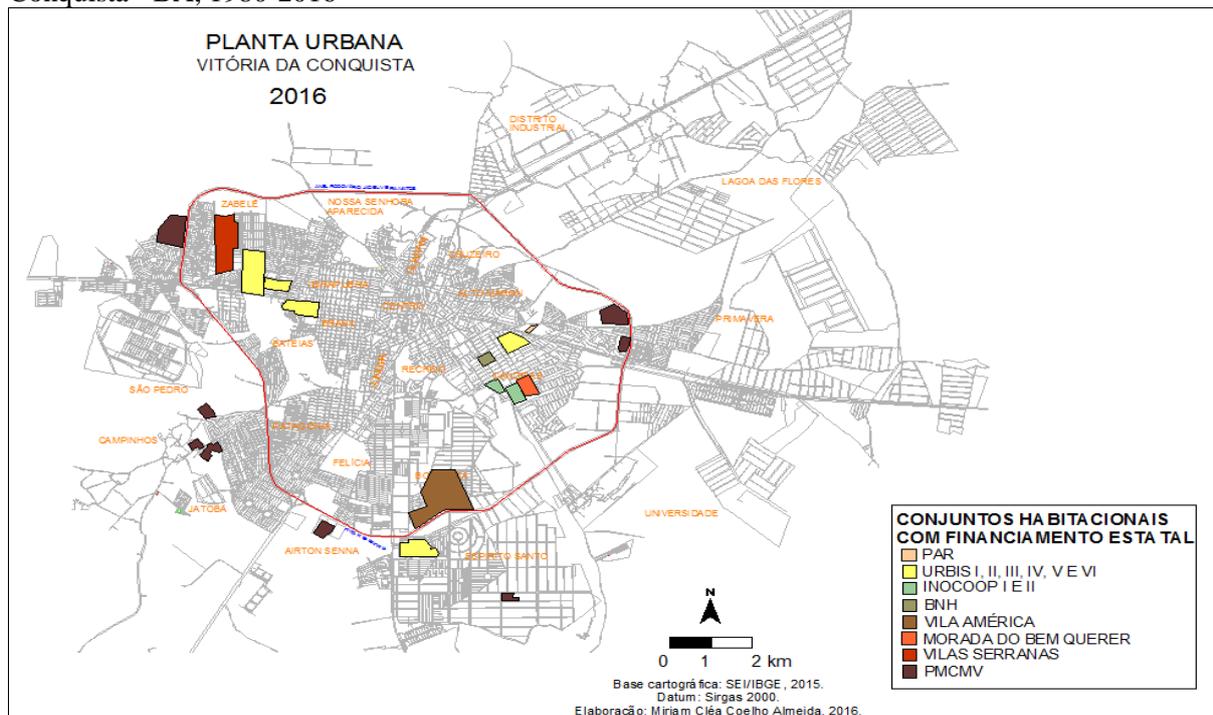
valorizadas, seja em áreas pouco valorizadas ou mesmo, distantes da malha urbana, mas que garantem a reprodução ampliada do capital. Desse modo, a mobilidade territorial do capital, já vista na escala intermunicipal e inter-regional, também se processa na escala urbana e, na verdade, são interdependentes e compõem um mesmo processo. Assim, a concentração clássica de capitais nos centros urbanos, no que se refere tanto à moradia, quanto às outras demandas comerciais e de serviços, vai aos poucos cedendo lugar para a dispersão de capitais em busca de valorização e reprodução em qualquer ponto da malha urbana. Com isso, vê-se a perda da primazia do centro urbano na concentração de capitais, o que faz emergir novas centralidades e vetores de expansão. Da mesma forma que em grandes escalas, ocorre a deslocalização das atividades econômicas, principalmente de comércio, serviços e moradia, para áreas urbanas antes consideradas como “periféricas”.

Nessas condições, como nos alerta Harvey (2016), há de se considerar que, embora seja percebida tendência de dispersão, a capacidade do capital, tanto de se concentrar, como de se dispersar pelo território, pode levar à inversão de tendência sempre que houver ameaça real de redução das possibilidades de autovalorização e reprodução.

Por essa lógica é que a definição dos locais dos empreendimentos habitacionais urbanos, estatais ou privados denuncia, claramente, a permanência do controle do espaço pelo capital e a manutenção da natureza contraditória da produção territorial, por meio do “ajuste espacial” (HARVEY, 2006). Essa tendência é esboçada no mapeamento dos principais empreendimentos oriundos do financiamento estatal ou da sua combinação com o capital privado, conforme mostram os Mapas 1 e 2.

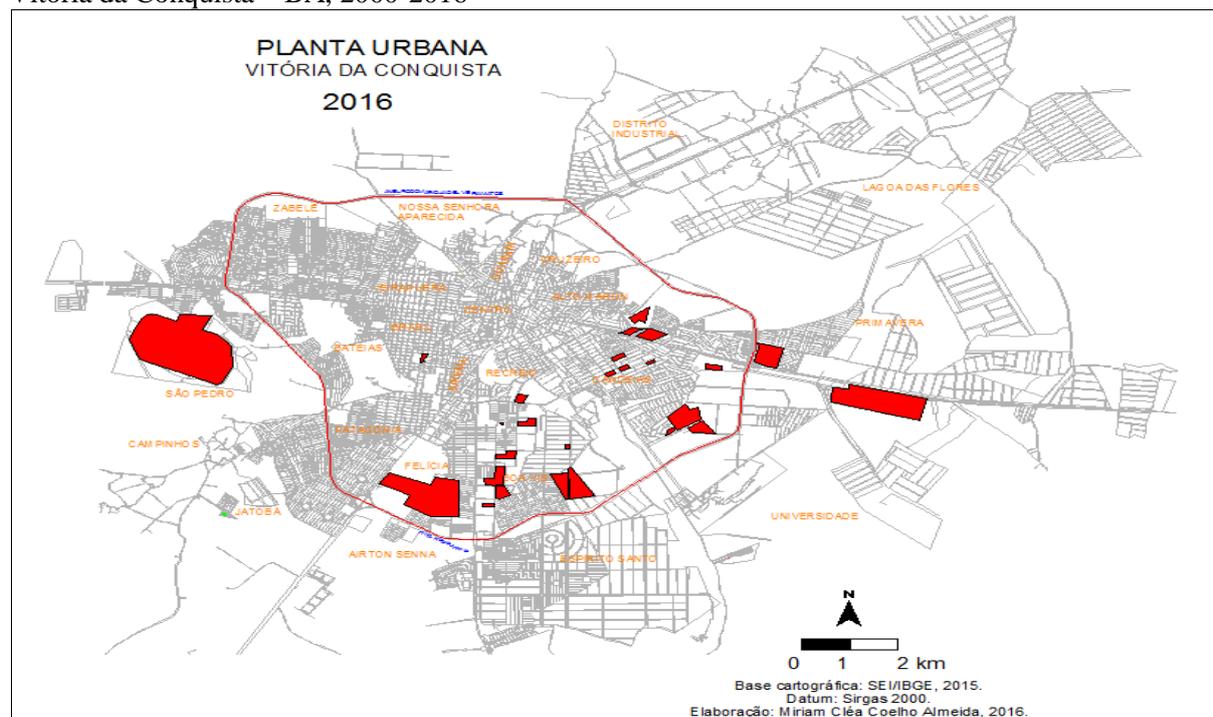
Em Vitória da Conquista, embora os conjuntos habitacionais produzidos e financiados pela política nacional de habitação, entre as décadas de 1980 e 1990 – a exemplo do BNH, INOCOOP, Morada do Bem Querer e URBIS I –, tenham sido construídos no bairro Candeias, para Almeida (2005), esses conjuntos, por terem um padrão urbanístico diferenciado dos demais, foram capturados pela classe média local como mecanismo de especulação imobiliária.

Mapa 1: Principais conjuntos habitacionais com financiamento estatal na cidade de Vitória da Conquista - BA, 1980-2016



Fonte: Elaborado por Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2016.

Mapa 2: Principais empreendimentos habitacionais para classes de maiores rendimentos na cidade de Vitória da Conquista - BA, 2000-2016



Fonte: Elaborado por Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2016



Nestes mapas, o capital se movimenta em todas as direções da malha urbana, toma a cidade inteira, não tem limites ou fronteiras. Entretanto, cada parcela cumpre uma finalidade específica para potencializar a sua reprodução. Assim, se o objetivo é produzir unidades habitacionais para a classe trabalhadora, são selecionadas áreas urbanas capazes de mantê-la sob controle sem que essa localização comprometa os seus planos de valorização do espaço, mas que, sobretudo, represente a possibilidade de abertura de novos pontos comerciais, a exemplo de pequenos mercados, farmácias, padarias. Desse modo, reafirma-se o entendimento de que o que está em questão não é o atendimento da necessidade efetiva pela moradia, mas a possibilidade de reprodução ampliada do capital.

Ademais, não se descarta a estratégia do capital financeiro e imobiliário para o período em forçar a abertura de novas ordenações espaciais com a intenção de valorizar a vertente de expansão em direção ao sul-sudeste da malha urbana, definida pelo Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) – 2006-2007, como área de expansão urbana preferencial, sendo uma das mais valorizadas da cidade. Conforme sites de corretoras que atuam no mercado imobiliário local, a média de preços de terrenos no bairro Candeias de 300m², em julho de 2016, varia entre R\$180.000,00 a 300.000,00 a depender da localização.

Já os conjuntos habitacionais com financiamento estatal para a população com renda entre 0 e 3 salários mínimos construídos pelo PMCMV estão, quase que em sua totalidade, localizados para além do anel rodoviário, cujos terrenos não contavam sequer com acesso à rede de energia e abastecimento de água. Hoje, essas localidades contam de forma precária com esses serviços básicos e, em muitos casos, inexistem outros – como pavimentação, transporte, segurança, saúde e educação –, por isso mesmo são terrenos que estão disponíveis por menores preços no mercado imobiliário. Mas, essas condições de localização, a péssima qualidade do material utilizado nas edificações, o baixo padrão urbanístico das habitações e a exploração da força de trabalho pelas empresas construtoras que executam esses projetos têm sido responsáveis pela ampliação da extração da *mais valia*. É por essas circunstâncias que a moradia se constitui em uma mercadoria altamente rentável.

Ao avaliar o PMCMV, Carlos (2015, p. 46) observa que, com esse programa, “[...] o Estado contempla uma necessidade do mercado imobiliário de assegurar a expansão do mundo da mercadoria, que agora pode atingir uma parcela da sociedade que vivia excluída desse mercado, apesar de incluída precariamente através da produção do espaço”. É com esse entendimento que Volochko (2015, p. 118) conclui:

A moradia vem sendo amplamente produzida como negócio urbano financeirizado, sobretudo através das grandes incorporadoras, que rasgam a política urbana e contribuem para o aprofundamento dos processos de valorização do espaço, espoliação e segregação, reproduzindo periferias e produzindo novas periferias. O desenvolvimento desse processo aponta como horizonte o afastamento dos mais pobres entre os empobrecidos para mais longe, agudizando e aprofundando a segregação socioespacial, a fragmentação e hierarquização nas periferias (2015, p. 118).

O mercado da construção civil habitacional tem se servido, assim, do farto conteúdo ideológico da crise habitacional e do “sonho da casa própria”, propagando a memória da negação do passado “atrasado” e da posituação do “moderno”, do presente, sob o manto do “desenvolvimento” urbano e o “direito à cidade”. Para Carlos (2015, p. 43), “[...] os conteúdos do trágico são as alienações vividas em todas as esferas de realização da vida, por exemplo, as políticas que, ao pretenderem superar a crise da reprodução social, combatendo a desigualdade, repõem-na, reiterando-a”.

Além disso, no plano do observável se anuncia outra estratégia capitalista quanto à localização dos empreendimentos e à produção em massa de unidades habitacionais: o mercado de moradia tem aberto possibilidades de negócios, sobretudo no entorno desses conjuntos habitacionais. Isso reforça a conclusão de que “[...] as ações do capital visando à acumulação não se apresentam como um desenvolvimento cego, apesar das crises, mas estratégicas, produzindo um espaço e tempo necessários à manutenção da acumulação ampliada do capital” (CARLOS, 2015, p. 46).

A mobilidade territorial do capital fundiário e imobiliário pela cidade tem fixado o conteúdo de classe nas formas urbanas dos condomínios fechados, na verticalização da moradia como estratégia de barateamento dos custos com a criação do solo, no novo formato das áreas consideradas periféricas, entre outras formações territoriais que evidenciam a apropriação desigual do espaço urbano entre as classes sociais.

Outro aspecto que se vê pela cidade é a consolidação de um perfil de moradia com a padronização dos projetos arquitetônicos habitacionais (verticais e horizontais), principalmente para as classes de menores rendimentos, e projetos mais elaborados e exclusivos para as classes de maiores rendimentos. Mas ambos resultam da engenhosidade das empresas em oferecer produtos ao mercado que atendam aos padrões diferenciados de consumo e renda. Nos panfletos dos empreendimentos, nota-se um apelo diferenciado de propaganda: para as classes de menores rendimentos, vende-se o “sonho da casa própria”; e para as classes de maiores rendimentos, vende-se a qualidade de vida. Essa tendência aparece em um trecho da entrevista de um empresário local que, ao responder sobre as estratégias de superação do momento de retração da construção civil na



cidade – em decorrência da redução dos repasses de recursos do governo federal e da redução do poder de compra nos últimos dois anos –, recomenda: “[...] você tem que ter nichos de mercado, você tem que ter produtos bem escolhidos, bem pensados, certo? A população sempre tá (sic) crescendo, sempre almeja um imóvel novo, então você tem que pensar em nichos de mercado, [...] mais elaborados para conseguir tá (sic) no mercado”⁴.

O “bem pensado” refere-se exatamente aos projetos habitacionais que preveem instalações internas de espaços de lazer, centros esportivos, área verde, parque aquático, segurança e espaços comerciais para consumo de bens e serviços, como lavanderias, farmácias, papelarias, lava jato, salão de beleza, restaurantes, bares e lojas de conveniência.

A localização de cada empreendimento pela malha urbana é estrategicamente definida de acordo com os interesses do mercado fundiário e imobiliário e com a renda familiar, e conta com o apoio do Estado para a liberação das barreiras impostas pela legislação trabalhista. As adequações do PDU da cidade nos últimos anos são uma clara demonstração do empenho da Prefeitura Municipal em atender às exigências dos grandes empreendimentos propostas pelas empresas recentemente instaladas no mercado conquistense e superar os obstáculos físicos e jurídicos dos projetos. Mesmo tendo sido aprovado entre os anos de 2005 e 2007, o PDU recebeu várias alterações para resolver o problema de “defasagem”, cujas razões são questionadas. Defasagem, por quê? E para quem?

Esse discurso da defasagem do PDU diante do “crescimento assustador” da cidade é encampado tanto pelos empresários, como pelo Estado na esfera municipal:

A lei de ordenamento do solo está completamente defasada, [...] e a cidade cresceu assustadoramente, mudou completamente as feições da cidade, então tá precisando atualizar, tem locais com manchas (refere-se aos locais sem função social, também chamados de terrenos de engorda e com alta valorização) [...] você vê manchas sem edificações devido a uma lei de ordenamento do solo atrasada, retrógrada que tá **atrapalhando o progresso**. Isso força o esgarçamento da cidade, cada vez que você não tem [...] liberações dessas obras dentro, no miolo da cidade, você começa esgarçar, você ir pra fora para conseguir terrenos mais baratos e que atenda ao Código de Obra Municipal⁵ (Grifo nosso).

O empresário justifica o “esgarçamento da cidade” em razão da falta de liberação de alvarás, pela Prefeitura, para obras nas “manchas” urbanas. Contudo, sabe-se que a cidade de Vitória da Conquista sempre apresentou grandes áreas urbanas sem função social como resultado da intensa especulação imobiliária praticada. Assim, essas “manchas” foram, ao longo do tempo, ampliando a

⁴ Entrevista concedida em 13/11/2014 por um empresário da construção civil.

⁵ Entrevista concedida em 13/11/2014 por um empresário da construção civil.

sua valorização e, hoje, compõem a reserva ou banco de terras à espera da melhor oferta. A verticalização da moradia, inclusive, ocorre, não por “falta de espaço” na cidade, mas com a clara intenção de atender ao interesse estético da elite local, financiada pelo capital agrícola e, mais tarde, também como estratégia de barateamento dos custos com a verticalização da moradia para atender à classe trabalhadora.

A secretária de obras do município também faz coro à necessidade de atualização do PDU em razão do “boom” no crescimento da cidade e das características dos projetos da construção civil apresentados pelas empresas que passaram a atuar na cidade:

Conquista, acho que é a terceira cidade do Nordeste que mais cresceu em termos de construção civil, foi para onde se dirigiu, vamos dizer assim, o maior número de cimento no Nordeste nesse período, e isso trouxe para a Prefeitura uma responsabilidade muito grande que muitas vezes [...], esse tipo de empreendimento não encontrava assento na legislação em vigor, legislação que a gente julga nova, mas velha para esse boom que aconteceu [...] A gente tem um Plano Diretor e uma Lei de Uso do solo de 2006 e 2007. Então [...] **a gente teve que correr aqui para fazer algumas legislações específicas para permitir alguns empreendimentos entrarem na cidade, se assentarem e produzir economicamente, estimular o crescimento da cidade, garantindo Vitória da Conquista como esse polo que ela é. Daí a gente não pode perder isso, essa noção de que Vitória da Conquista é um polo comercial, é um polo de saúde, é um polo educacional, então o crescimento tem que ser muito bem equilibrado, né?**⁶ (Grifo nosso)

Fica evidente a atuação do Estado como suporte na criação das condições legais para a livre reprodução do capital, com os ajustes na legislação para acolher os projetos habitacionais propostos pelas grandes empresas. Por essa razão, Carlos (2001) assim analisa:

[...] o Estado [...] age estrategicamente no espaço, objetivando a reprodução das relações sociais capazes de permitir a continuidade do processo de acumulação no momento atual. Assim ganha contornos a contradição entre as estratégias do Estado (visando a reprodução do capital e a produção de um espaço dominado) e os usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) [...] (CARLOS, 2001, p. 17).

Almeida (2005), ao mapear a produção de unidades habitacionais na cidade de Vitória da Conquista feitas pelo Estado nas três esferas de governo, concluiu que “[...] as intervenções [...] contribuíram para a segregação sócio-espacial da população de baixa renda nos limites últimos da malha urbana [...]” (2005, p. 76).

Igualmente, os empreendimentos habitacionais das empresas com capital privado reforçaram a desigualdade na produção territorial, marcando ainda mais a diferencialidade e desigualdade

⁶ Entrevista concedida pela secretária municipal de Infraestrutura Urbana, em (23/12/2014).



territorial, com a construção de condomínios fechados de alto padrão em bairros que concentram os maiores rendimentos, ou mesmo em áreas afastadas da cidade, mas dotados de infraestrutura e saneamento básicos.

Essas constatações e o entendimento de que o território é o espaço transformado pelo trabalho, sendo este uma “síntese contraditória” da “totalidade concreta” e produto e condição da luta de classes engendrada pela sociedade na produção de sua existência, permitem entrever as relações entre as memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional e os processos territoriais urbanos.

Assim, as formações territoriais da cidade de Vitória da Conquista tanto resultam, quanto criam as condições para a realização da acumulação do capital, pois, ao se tomar a acumulação como parâmetro, a cidade se constitui como

[...] localização e suporte das relações sociais de produção (e de propriedade), mas em seu fundamento é condição e meio da concretização do ciclo de rotação do capital, recriando, constantemente, os lugares propícios de realização dos momentos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias – tanto materiais quanto imateriais – como possibilidade sempre ampliada de realização do capital (CARLOS, 2015, p. 45).

Em geral, no processo de produção do espaço urbano, vê-se como o Estado e o capital agem conjuntamente no plano, tanto do discurso, quanto da prática, para remover os obstáculos e superar as barreiras espaciais que ameaçam a acumulação capitalista. Assim, reafirma-se e se consolida uma memória amparada na necessidade forjada do crescimento do mercado da construção civil para alavancar o “desenvolvimento” urbano da geração de emprego e renda e do direito à cidade. Nesses termos, a produção da moradia é mais uma estratégia para a produção desigual e combinada da cidade, constituída por territórios distintos e antagônicos que tornam visíveis as contradições e os conflitos de classe.

3 DAS MEMÓRIAS DA CLASSE TRABALHADORA À CIDADE DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A rememoração do processo de trabalho na construção civil habitacional feita pelos trabalhadores entrevistados deixa entrever uma contradição: a cidade produzida pelo trabalho humano e, mais diretamente, pelos trabalhadores da construção civil se volta contra eles próprios, corroborando a tese marxiana de que o produto, resultado da objetivação do trabalho humano, deixa de ser para o trabalhador seu próprio ser objetivado para ser apenas um objeto estranho que o

enfrenta e o escraviza. Nessas condições, o produto (a cidade) se constitui em um ser estranho (estranhamento da coisa) que se volta contra o produtor e passa a dominá-lo (MARX, 2010).

A fala de um pedreiro serve como um prenúncio do apagamento do trabalho passado e do afastamento do trabalhador de seu produto:

O trabalho de pedreiro é assim: [...] tem gente, muita gente... Alguém tem o reconhecimento, mas muita gente não dá valor ao trabalhador que trabalha como pedreiro, né? A gente constrói e deixa tudo bonito e depois não tem esse valor que a gente merece. A gente fica inválido da cidade, a gente fica de fora, a gente corre atrás, a gente faz tudo de bonito na cidade e a gente é rejeitado pela cidade mesmo e pelo povo da cidade. Então, a gente não tem esse espaço que a gente merece⁷.

A necessidade de acessar o passado diante da presença imponente do produto de trabalho objetivado na forma de cidade confirma a “abstração” do trabalhador do processo de trabalho, pois não se reconhece no produto o trabalho passado.

Assim, os trabalhadores da construção civil habitacional são lembrados ou se reaproximam do produto apenas quando a casa apresenta defeitos. Como visto, reduzidos à condição de mercadoria força de trabalho e, cujo valor pago por ela não garante condições dignas de existência, o capital possui absoluto controle dessa mercadoria, tanto em seu lugar de trabalho, quanto no espaço de viver. As condições do espaço de moradia dos trabalhadores entrevistados confirmam a constatação de Marx (2010, p. 81) de que “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio”

Ao aproximar essa discussão da subordinação do trabalho ao capital no processo de produção do espaço urbano, Harvey (1982, p. 19) sentencia que, “[...] nas relações sociais capitalistas, o ambiente construído torna-se um artefato do trabalho humano que subsequentemente retorna para dominar a vida diária. O capital procura mobilizá-lo como força coercitiva para ajudar na manutenção da acumulação”.

Nessa direção, Carlos (2001, p. 33), ao tratar do espaço e tempo nas metrópoles, também chama a atenção ao fato de que “[...] a cidade aparece como exterioridade; ela está fora do indivíduo, apontando para uma condição de alienação”. Assim, segundo a autora, as contradições entre o “tempo da vida” e o “tempo das transformações na morfologia urbana” produzem um “estranhamento”, uma vez que as mudanças no uso e na organização do tempo, em função das determinações do capital, alteram as formas urbanas a tal ponto de os habitantes perderem os

⁷ Entrevista concedida em 20/02/2015.



referenciais, “[...] produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado; aqui as marcas da vida de relações e dos referenciais da vida se esfumam, ou se perdem para sempre” (CARLOS, 2001, p. 32-33).

Por essa imperatividade do capital sobre o trabalho, Harvey (1982, p. 20) demonstra como o espaço de viver é também dominado pelo capital “[...]através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias”.

Nesse sentido, estando os trabalhadores em condições econômicas insuficientes, sobretudo quando se considera a relação entre o salário e o custo de vida, o local de moradia é definido pelas condições materiais de existência. Mora-se onde é possível pagar pelo preço da terra urbana ou pelo aluguel ou nas ocupações e assentamentos urbanos.

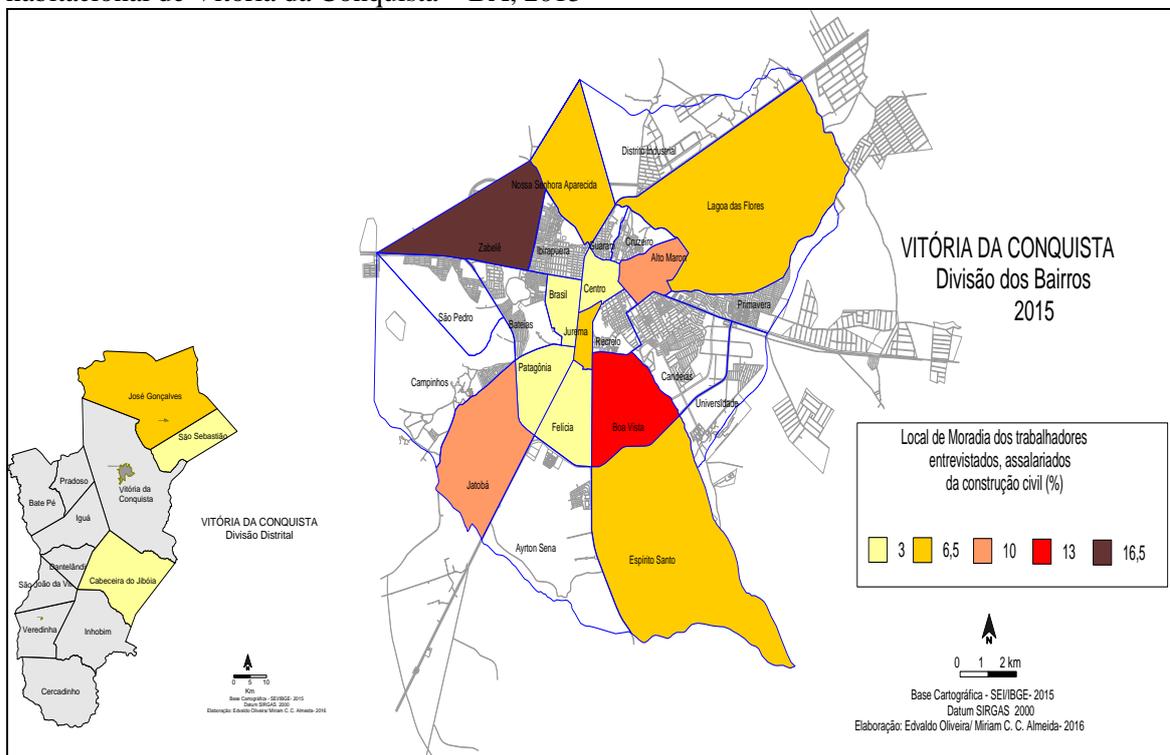
A questão da moradia é, entre outras possibilidades de visualização das contradições dos processos de produção e apropriação do espaço urbano, aquela em que esses processos ganham mais notoriedade. Harvey (1982, p. 9) esclarece que isso ocorre porque a necessidade de morar “[...] coloca o trabalho numa posição antagônica à da propriedade fundiária e à da apropriação da renda, assim como à dos interesses da construção que procuram lucrar com a produção dessas mercadorias”.

Assim, a localização da moradia dos trabalhadores no espaço urbano é determinada pelas condições materiais, e - ao se considerar o alto custo dessa mercadoria - aqueles que não dispõem de condições de pagar o preço não têm liberdade de escolha, por isso a busca, não pelo lugar desejado, mas pelo lugar possível. Restam, então, aos trabalhadores, as áreas urbanas com menor valorização fundiária e imobiliária, que, quase sempre, são aquelas localizadas nos limites últimos da malha urbana e com maior precarização da infraestrutura e dos serviços urbanos coletivos. Para esses trabalhadores, a forma mais comum de acesso à moradia é a autoconstrução, que, como alertado, esconde um processo altamente alienante (OLIVEIRA, 1982), na medida em que, embora não produza uma mercadoria, o produto é posto a serviço do capital para reduzir os custos com a reprodução da força de trabalho.

Ao se ater à empiria, o levantamento de dados e informações sobre o local de residência dos 79,5% trabalhadores assalariados e autônomos entrevistados, que declararam residir no município de Vitória da Conquista, mostra que os locais de reprodução da força de trabalho se situam em bairros que estão nos limites últimos da malha urbana ou em áreas distritais cujas condições infraestruturais são precárias ou inexistentes. Os Mapas 3, 4 e 5 oferecem uma visão geral desses locais, tanto na malha urbana, como nas áreas distritais do município, e expõem as contradições da

relação capital *versus* trabalho que o local de trabalho e o local de viver desses trabalhadores deixam entrever.

Mapa 3: Local de moradia dos trabalhadores entrevistados assalariados da construção civil habitacional de Vitória da Conquista – BA, 2015

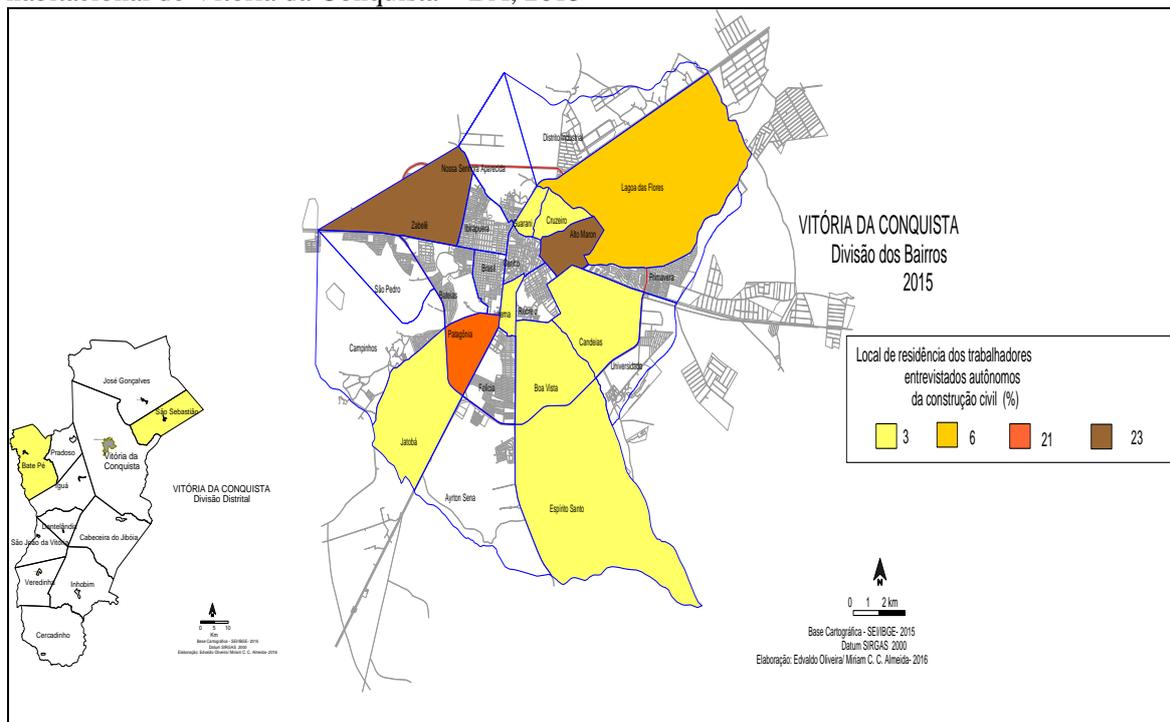


Fonte: Elaborado por Edvaldo Oliveira e Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2015.

Os trabalhadores assalariados residem em diferentes bairros da cidade, mas é possível ver maior concentração de trabalhadores nos bairros Zabelê, Alto Maron, Jatobá e Boa Vista. Os trabalhadores autônomos acentuam a tendência anterior, apresentando concentração de moradia nos bairros Zabelê, Alto Maron e Patagônia, além de haver registros importantes da moradia em bairros ainda mais distantes, como Jatobá, Lagoa das Flores e Espírito Santo.

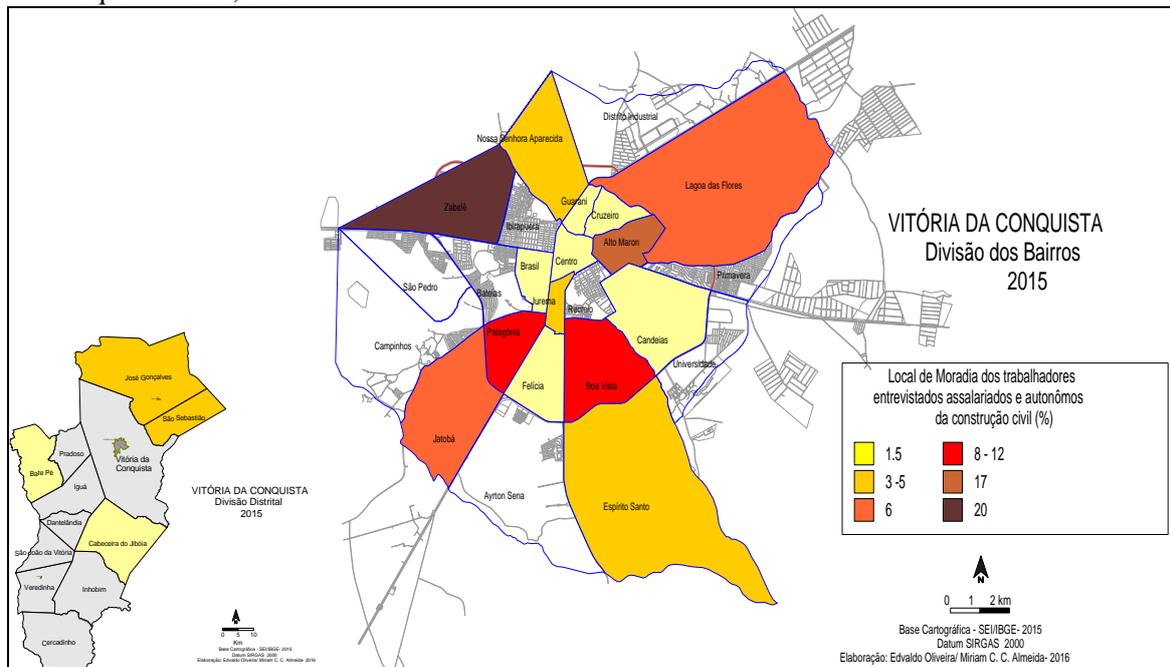


Mapa 4: Local de moradia dos trabalhadores entrevistados autônomos da construção civil habitacional de Vitória da Conquista – BA, 2015



Fonte: Elaborado por Edvaldo Oliveira e Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2015

Mapa 5: Local de moradia dos trabalhadores entrevistados da construção civil habitacional de Vitória da Conquista – BA, 2015



Fonte: Elaborado por Edvaldo Oliveira e Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2015.

Apesar de esse detalhamento apresentar em separado os locais de moradia dos trabalhadores assalariados e autônomos, vê-se que, independentemente da situação de trabalho, o agrupamento dos dados no Mapa 5 reitera a tendência histórica de que as condições de exploração e precarização do trabalho recaem sobre o espaço de moradia dos trabalhadores. Por essa razão, a localização das moradias pode expressar processos contraditórios de uso e apropriação do espaço urbano, na medida em que a acumulação capitalista promove a valorização diferencial do solo urbano, tornando-o uma mercadoria cara de difícil aquisição, sobretudo por parte dos trabalhadores com baixos rendimentos.

Ao se comparar essa realidade com a distribuição dos rendimentos da população em toda a malha urbana, com base nos setores censitários do IBGE 2010, constata-se que os locais de moradia dos trabalhadores entrevistados coincidem exatamente com as áreas censitárias em que se observam os menores rendimentos de 0,5 até 2 salários mínimos, como nos bairros Zabelê, Jatobá, Espírito Santo, Lagoa das Flores, Patagônia, Boa vista, Alto Maron e Nossa Senhora Aparecida.

Nas áreas distritais, a distribuição da renda pelo território atesta que os menores rendimentos também se concentram em locais onde residem os trabalhadores entrevistados, como nos distritos de Bate Pé, Cabeceira da Jiboia, São Sebastião e José Gonçalves, que, respectivamente, apresentam um percentual da população sem rendimentos de 43,29%, 41,97%, 39,66% e 39,56% – e um pouco mais da metade da população nesses distritos tem renda de até 1 salário mínimo. Esse mapeamento da distribuição da renda reafirma as precárias condições materiais de existência desses trabalhadores analisadas até aqui, ao tempo em que justifica, por um lado, a necessidade de saírem do espaço de moradia em busca de sobrevivência, marcada pela mobilidade territorial do trabalho e, por outro lado, a necessidade de manutenção da moradia nesses locais por não terem condições de assumir os custos com a habitação na cidade onde o trabalho é oferecido.

Assim, a maioria dos trabalhadores da construção civil, dadas as condições materiais de existência, encontra-se “livre”, no sentido negativo, para vender a sua força de trabalho, em quaisquer condições e em qualquer lugar. Encontrar-se na condição de móvel “[...] quer dizer apta para as deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório” (GAUDEMAR, 1977, p. 19-191).

Como visto no mapeamento dos locais de moradia, os trabalhadores residem distantes do local de trabalho e utilizam diferentes formas de deslocamento: a pé, de coletivo urbano, vãs, bicicletas, motos etc. O tipo de transporte é definido pelo custo, pela distância do local de trabalho,



pela disponibilidade do transporte coletivo ou, ainda, pelo tempo disponível para o deslocamento até o trabalho. Entretanto, nota-se uso expressivo de bicicletas, principalmente nos horários de início e término do trabalho, pelas principais avenidas e ciclovias da cidade – a exemplo da Av. Luiz Eduardo Magalhães, Av. Olívia Flores, Av. Franklin Ferraz, Av. Juracy Magalhães, Av. Brumado e Av. Integração – ou, ainda, em vias normais, disputando o espaço com os automóveis. Para muitos trabalhadores, o deslocamento a pé ou de bicicleta são as únicas alternativas viáveis por não impactarem no orçamento familiar.

Para Harvey (1982, p. 8), essa separação do espaço de trabalhar do espaço de viver, imposta pelo sistema capitalista, produz dupla luta para os trabalhadores: “A primeira [...] refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta [...] é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc.”. No espaço de moradia, os trabalhadores entrevistados lutam constantemente por melhorias, em virtude da superposição de carências com a infraestrutura e os serviços urbanos coletivos.

Nessa direção, a luta dos trabalhadores para se livrarem da exploração dos proprietários de terras e a contínua batalha para manter baixos os custos de vida explicam as decisões quanto aos locais de moradia e à qualidade do ambiente construído. Para Harvey (1982), essas lutas, em essência, são contra o poder monopolístico da propriedade privada. Nesses termos, “[...] a urbanização sempre foi [...] algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos [...]” (HARVEY, 2014, p. 30).

Esse processo faz retomar as determinações políticas e ideológicas da memória e a condição, tanto de libertação, quanto de reificação, porquanto, segundo Medeiros (2015, p. 91)

Tendo servido à sobrevivência do homem, a memória serve à persistência da exploração de classe, mas continua necessária à liberdade, no âmbito da contradição em que está enredada, tal como os homens para sobreviver, desgastam a sua vida mais rapidamente no trabalho sempre penoso (MEDEIROS, 2015, p. 91).

Assim, vê-se o poder da memória na determinação da produção da cidade, seja para garantir a reprodução capitalista, seja para dar curso à reprodução da força de trabalho. A cidade como trabalho objetivado é, então, o seu passado negado pelo estranhamento no presente, e a memória da classe trabalhadora, subordinada à lógica capitalista, seria então reconhecida como memória alienada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ponderações arroladas ao longo do texto balizam a ideia de que a produção da cidade pode ser compreendida como um processo que abriga contradições e conflitos de classe em que, por um lado, está a cidade da reprodução do capital e, por outro, está a cidade da reprodução da força de trabalho. Esta última sendo negada e apagada pela acumulação capitalista, mas que, contraditoriamente, dela é dependente.

As memórias da classe dominante e da classe trabalhadora levantadas para a análise da produção da cidade de Vitória da Conquista mostram que o trabalhador que atua na construção civil habitacional, ao mesmo tempo em que sobrevive diretamente com a produção do espaço urbano pelo capital, é por ele duramente explorado, sendo uma fonte extraordinária de extração da *mais valia* absoluta.

Nesta perspectiva, essa cidade se (des)faz como *lócus* da reprodução do capital e da força de trabalho, cujos processos territoriais derivam e dão condições à acumulação capitalista que transforma o espaço em força produtiva. Desse modo, é sob o antagonismo das memórias dominantes e da classe trabalhadora que a cidade se produz como síntese contraditória das memórias de classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. **Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA**. Salvador: UFBA, 2005. 202p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

BRASIL. **Lei nº 10.931/2004**. Lei do Patrimônio de Afetação de Incorporações Imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.931.htm. Acesso em: 13 de agosto de 2016.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e tempo na metrópole. A fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A tragédia urbana. In: CARLOS; A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 43-63.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em Construção. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.



GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Cortez, n. 6, jun./set., 1982. Tradução: Flávio Villaça.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. V. I, 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985, (V. I). (Coleção os Economistas).

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, R. **Memória compartilhada e história: entre alienação e ideologia**. Vitória da Conquista – BA: UESB/PPMLS, 2015. 145p (Tese de Doutorado em Memória Linguagem e Sociedade).

OLIVEIRA, F. Prefácio. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

SANTOS, A. de J. **Memória, ideologia e lutas de classes em Vitória da Conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais**. Vitória da Conquista, Bahia: UESB/PPMLS, 2014. 207p. (Dissertação de Mestrado em Memória Linguagem e Sociedade).

SHIMBO, L. Z. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS; A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 97-120.

Recebido em 27 de Agosto de 2019
Aprovado em 27 de Outubro de 2019